

Zona de amortecimento de uma Estação Ecológica e a comunidade: um estudo de caso

João Batista Alves¹

Sadry Aironde Araujo Brito²

Conservação da Natureza

RESUMO

O trabalho teve como objetivo verificar relações que existem entre a Estação Ecológica, localizada no município de Serra Negra do Norte-RN, e os residentes na sua Zona de Amortecimento. Para o estudo foi usado questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas na zona rural, dá referida área. Quanto à relação dos moradores com a Zona de Amortecimento, identifica-se a não existência e o não conhecimento dos moradores sobre esta área. Quando avaliada a unidade de conservação, revela que existem problemas administrativos e também falta de recursos financeiros e humanos, porém já existiram boas práticas com os moradores do entorno, o que juntamente com a percepção atual dos entrevistados, cria um ambiente favorável a mudanças que tragam desenvolvimento e melhorias nas relações da unidade de conservação com a população do entorno.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; Sociedade; Percepção.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e o crescimento demográfico potencializaram a exploração de recursos naturais, mas por outro lado, causam a exaustão de recursos naturais e degradação ambiental em larga escala. A partir disso, emerge a necessidade preservar e conservar as áreas que ainda estão em boas condições de equilíbrio ambiental. Para tanto, uma das formas encontradas é a instituição de áreas naturais preservadas através de Unidades de Conservação (UC's). Nesse sentido, o Brasil, por exemplo, possui uma série de UC's, as quais, são reguladas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000). Contudo, na gestão das unidades surge uma série de problemas intrínsecos à unidade, bem como no seu entorno, conforme asseveram Ferreira e Pascuchi (2009) e Bontempo (2011).

Para mitigar os problemas das UC's e seu entorno, o legislador estabeleceu, na lei, a Zona de Amortecimento (ZA). Essa área se caracteriza por não pertencer diretamente à UC, mas está sob sua influência de gestão, por ter potencial de impactos negativos na mesma, a depender das atividades antrópicas a serem desenvolvidas (GANEM, 2015). Essa região já foi denominada pela Resolução 13/90 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de Zona de Entorno, e Vitalli et al. (2009, p. 68) denomina-a, “zona tampão”. Essa área têm a

¹Professor Dr. UAEF/CSTR/UFMG. alvesjb@uol.com.br.

² Engenheiro Florestal. Sassa2x@hotmail.com

função de proteger o entorno das unidades de conservação, criando uma área de proteção que permite, com ressalvas, atividades antrópicas, assim evitando-se o efeito de borda (SILVA NETO, 2012), mas não pode ser inviabilizada economicamente (GANEM, 2015). Para isso, devem ser estabelecidos pelo plano de manejo, de cada unidade, ações para minimizar os impactos negativos sobre a UC e de estabelecer medidas que busquem promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (RIBEIRO et al., 2010). Isso iria permitir a redução de conflitos e potencializadas as oportunidades de que a participação social na gestão das unidades de conservação aconteça de forma mais espontânea (CALANDINO, 2016).

No Estado de Rio Grande do Norte, há um conjunto de UCs e uma delas está situada na região do Seridó, a Estação Ecológica de Serra Negra-ESEC, local situado em meio a um dos núcleos de desertificação do semiárido brasileiro (BRASIL, s.p.). Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é: verificar qual a percepção dos residentes da Zona de Amortecimento (ZA) em relação à Estação Ecológica do Seridó – ESEC-Seridó e que atividades são desenvolvidas pelos gestores, em relação à ZA da referida Unidade de Conservação.

METODOLOGIA

A Estação Ecológica do Seridó está localizada na região sudoeste do estado do Rio Grande do Norte, com toda sua área pertencente ao município de Serra Negra do Norte, entre as coordenadas geográficas 06° 35' e 06° 40' Sul, e 37° 20' e 37° 39' Oeste. Contudo, sua ZA abrange quatro municípios. A delimitação do perímetro da Unidade de Conservação e da ZA é disponibilizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em formato digital.

Para o Levantamento de dados em campo, foram elaborados dois questionários distintos (perguntas estruturadas e semiestruturadas) que foram aplicados entre os moradores da ZA e ao funcionário (Técnico Ambiental) da UC e depois analisada as respostas pelo método de análise de conteúdo e interpretação. Foram entrevistados um total de 87 residentes na zona rural dos quatro municípios abrangidos pela UC e sua ZA, cuja amostra foi estabelecida pelos dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) e calculado usando a fórmula de estimativa de Rocha (1997).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os entrevistados, ao serem indagados sobre as suas respectivas ideias sobre o ato de conservar a natureza, relataram diversas respostas, que foram enquadradas em categorias de resposta, havendo respostas que se enquadraram em mais de uma categoria, cujos valores estão expressos no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de respostas dadas à pergunta: o que você acha da conservação da natureza? Zona de Amortecimento da Estação Ecológica do Seridó-RN. 2018

Percepção	Percentual	Significado
Respeito/admiração	41,9	Resposta com caráter de apego emocional à culturalidade e sentimentalismo.
Algo bom	40,7	Caracterizada pela dificuldade de expressão, ocasionada pelo pouco conhecimento.
Obrigação	16,3	Embasada na existência de normas e regras.
Prevenção/destruição	23,3	Atrelada ao ato de tomar precauções e reduzir danos.
Benefícios	8,1	Enfatiza que o ato de conservar traz benefícios à natureza e/ou ao homem.
Ação difícil	3,5	Ação de difícil execução, ou seja, há dificuldade de pôr em prática.
Desnecessário	2,3	Não há necessidade realizar, vê a natureza puramente como recurso a ser explorado.

Fonte: Autor (2018)

A categoria de maior relevância foi a ‘‘respeito/admiração’’, com 41,9% das respostas, demonstrando que uma parte dos entrevistados tem uma visão voltada ao apreço e admiração pelo ambiente natural. O conjunto de respostas permite inferir que para esse público, a natureza deve ser separada do homem, ou seja, humanidade no seu espaço e natureza no seu. Isso contraria as novas tendências, em que a sociedade e natureza ‘‘coevoluem’’, juntas (ALVES, 2017).

Nesse sentido, ao serem questionados sobre o que é uma Estação Ecológica, 62,8% afirmam saber o que é uma Estação Ecológica, porém 39,5% destes entrevistados dizem saber o que é, porém não a definem, apenas mencionam a utilidade da mesma. Foram citados quatro conceitos entre os moradores como sendo uma Estação Ecológica. Genericamente, 68,5% dos entrevistados percebem uma estação ecológica como sendo um lugar de proteção do meio ambiente e/ou local onde se resguardam recursos ambientais; 13% relataram que a ESEC é um espaço dedicado para a reserva de animais, sem citar a vegetação como integrante; 13%

dos entrevistados afirmaram que a UC é um órgão de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), quando, na verdade, a gestão é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e 1,9% citou-a como local de estudos.

Quando se perguntou para qual finalidade era destinada uma Estação Ecológica, 82,3% responderam mencionando quatro finalidades: proteção/conservação; Educação Ambiental; para animais e visitação, com seus respectivos percentuais de resposta, 81,2%, 10,1%, 7,2% e 1,4%. Logo, pode-se inferir que, de forma empírica, a maioria da população residente tem uma visão realista de alguma finalidades. Vale enfatizar que 55,3% dos residentes da ZA relataram que “já ouviu falar” quando questionados, mostrando um ponto positivo, tendo em vista que, mesmo sem conhecer internamente a unidade, os moradores estão minimamente informados. Em contrapartida, os moradores da ZA não têm nenhuma informação sobre a área na qual eles estão vivendo. Em comprovação disso, estão os 96,5% dos moradores entrevistados que disseram “não” quando indagados pela pergunta se já haviam ouvido falar em ZA. Respondendo outra questão, em maioria (87,2%), estão também os entrevistados que responderam que nunca receberam uma visita de um representante da ESEC-SERIDÓ em sua propriedade.

Verificou-se que 91,9% informaram que não vivenciaram nenhum tipo de conflito com a UC. Houve relatos de 8,15% dos entrevistados, mencionando problemas com caça, por exemplo, como uma atividade potencial de degradação. Por outro lado, 4,7% afirmaram que ocorrem incêndios frequentemente e 1,2% ocasionalmente. Contudo, 58,1% dos moradores entrevistados, afirma que incêndios não são vistos com frequência na região, 36% dizem ver raramente.

Quando foi abordado o tema de participação em eventos ou atividades a serem desenvolvidas pela ESEC-SERIDÓ, a maior dos entrevistados (75,6%) se mostrou aberta a participar. Ao mesmo tempo, investigados sobre a possibilidade de mudar as atividades atuais que são desenvolvidas nas respectivas propriedades, os moradores demonstraram, em sua maioria (62,8%), que estariam dispostos a mudar, e 37,2 %, não. Daqueles que responderam sim, 40 % justificaram sua resposta afirmando não terem a intenção de prejudicar ou contribuir com objetivos da UC, e 18,65% por acharem o melhor a se fazer e/ou visando a benefícios.

Em entrevista com o técnico ambiental, funcionário da unidade, este afirma que atualmente e nos últimos 5 anos não vêm sendo desenvolvidas atividades em relação à ZA, e

o principal obstáculo é a falta recursos humanos que possibilitem o desenvolvimento e a execução de tais atividades. Também foi informado pelo funcionário que não houve melhoria, durante o período de sua chegada até os tempos atuais, nas atividades desenvolvidas junto à ZA, e identifica-se até um declínio delas. Outro fato negativo exposto foi a ausência do ICMBio em apoio à gestão da UC.

CONCLUSÕES

A população do entorno tem algum conhecimento e interesse pelas questões ambientais e mostrou-se aberta a mudanças, bem como reconhecadora da necessidade de se conservar o meio ambiente e a biodiversidade. Os entrevistados desconhecem a Zona de Amortecimento e seu papel frente ao processo de conservação da natureza, no entorno da unidade de conservação. Poucas atividades desenvolvidas no passado, por parte da gestão da Unidade de Conservação, foram suficientes para as pessoas lembrarem delas, contudo atualmente pouco se faz. Pode-se concluir que existe tendência de boas relações entre os moradores da Zona de Amortecimento e a ESEC-Seridó, o que denota a possibilidade futura de parceria, entre os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. B. **A face oculta do lixo**. Londrina. Editora Mecenaz, 2017.144p.
- BONTEMPO, G. C. **Impactos e realidade dos incêndios florestais nas unidades de conservação brasileiras**. 128f. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais-UFV. Viçosa – MG, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/773285.pdf>>. Acesso em: 7 de jun. 2017.
- CALANDINO, D. **Influência da participação social na conservação da biodiversidade em unidades de conservação brasileiras**. 243f. (Tese doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável. UNB. Brasília-DF, 2016.
- FERREIRA, G. L. B. V.; PASCUCHI, P. M. Zona de Amortecimento: A proteção ao entorno das unidades de conservação. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grand., v. 12. n. 63, 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5917&revista_caderno=5>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- GANEM, R. S. Zonas de amortecimento de unidades de conservação. **Consultoria Legislativa**, Brasília, 2015. 22 p.
- INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (a). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<www.ibge.gov.br> Acessado em: 20 mai. 2017.

RIBEIRO, M. F.; FREITAS, M. A. V. F.; COSTA, V. C. C. O desafio da gestão ambiental de zonas de amortecimento de unidades de conservação. **In:** Seminário Latino-Americano de Geografia Física. 6. 2010, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

ROCHA, J. S. M. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997. 423p.

VITALLI, P. L.; ZAKIA, M. J. B.; DURIGAN, G. Considerações sobre a legislação correlata à zonatampão de unidades de conservação no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. XII, n. 1., p.67-82. Jan/jun. 2009.